DIANTE DA VORAGEM: ATUAÇÃO DOS SINDICATOS NO CONTEXTO PANDÊMICO[1]

Ana Lídia Rocha Alves[2]

Damião Wellington de Sousa Lira[3]

Hiago Trindade[4]

Isabelle Cristina Custódio de Lima[5]

Mateus Matias da Silva[6]

RESUMO

No contexto de pandemia, o mundo do trabalho sofreu inúmeras alterações e, diante delas, verificamos um conjunto de respostas práticas através dos instrumentos de luta e resistência do proletariado. Tendo em vista esta premissa, este artigo pretende se debruçar sobre os posicionamentos de dois sindicatos de trabalhadores da educação atuantes na cidade de Sousa-PB, diante da atual pandemia de Covid-19. Para atingir esse objetivo, promovemos pesquisa documental e revisão de literatura, articulando, de um lado, o estudo e a análise dos materiais socializados pelos sindicatos em seus canais de comunicação oficial e, de outro, a aproximação com aportes teóricos-metodológicos que oferecem pistas importantes para compreender a realidade atual. Concluímos o texto ressaltando os desafios materializados para os sindicatos no contexto do aprofundamento da precarização do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Pandemia. Precarização.

1 Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Diante da voragem: trabalho e precarização em tempos de pandemia”. Tal projeto está inscrito no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS).

2 Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande e membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: analidiacz10@gmail.com.
3 Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande e membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail:wellyngton_lee02@hotmail.com.
4 Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS).E-mail: hiagolira@hotmail.com.
5 Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Materno-infantil pela Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte(EMCM/UFRN). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: isacustodio@live.com.
6 Discente do 4º período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande e membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: mateus.brasileiro100@gmail.com

ABSTRACT

In the context of a pandemic, the world of work has undergone numerous changes and, in the face of them, we see a set of practical responses through the instruments of struggle and resistance of the proletariat. In view of this premise, this article intends to look into the positions of two unions of education workers operating in the city of Sousa-PB, in view of the current Covid-19 pandemic. To achieve this goal, we promote documentary research and literature review, articulating, on the one hand, the study and analysis of materials socialized by the unions in their official communication channels and, on the other hand, the approximation with theoretical-methodological contributions that offer clues important to understand the current reality. We conclude the text highlighting the challenges materialized for unions in the context of the deepening of precarious work.

KEYWORDS: Work. Pandemic. Precariousness.

1 INTRODUÇÃO

Os diversos instrumentos de organização política da classe trabalhadora, dentre eles os partidos e os sindicatos, sempre estiveram desenvolvendo processos de luta e resistência pelos direitos das categorias profissionais e, com a pandemia, essas entidades seguem estabelecendo lutas relevantes para o conjunto dos trabalhadores. Nesse sentido, na atual conjuntura, diversos desafios têm se apresentado.

O cenário de pandemia mundial, provocado pelo Novo Coronavírus (Sars-CoV-2), instituiu a necessidade do distanciamento e isolamento social como medidas sanitariamente corretas e essenciais para o controle e/ou minimização da transmissão da doença. Em contrapartida, provocou, de forma injusta e desigual, rebatimentos de diversas ordens para os trabalhadores.

Ora, a pandemia de Covid-19 atuou com precisão nas tensões do modo de produção capitalista, exponenciando as suas contradições. Assim, a precarização do trabalho (DRUCK, 2011), intensificada durante esse período pandêmico, assume um papel eminente, repercutindo em todas as esferas ligadas ao trabalho.

Entre os dilemas que afligem esses segmentos de trabalhadores, observando especialmente a realidade de Sousa-PB, temos questões relacionadas a luta pela vacinação, as medidas que visavam forçar a continuidade do trabalho presencial nos

distintos espaços sócio-ocupacionais (mesmo sem as condições sanitárias necessárias) e, ainda, a incorporação do chamado trabalho remoto, sobretudo no âmbito das instituições de ensino (escolas, institutos, universidades), no qual os professores e técnicos-administrativos passaram a trabalhar integralmente nas suas casas, sem preparação e planejamento prévio, em condições de trabalho improvisadas e jornadas de trabalho exaustivas[7].

Nesse sentido, este artigo objetiva problematizar alguns desses dilemas, dificuldades e desafios apresentados por dois Sindicatos de trabalhadores atuantes na cidade de Sousa-PB, a saber: Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica da Paraíba (SINTEFPB), entidade que representa os interesses dos trabalhadores do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (ADUFCG).

Para tanto, realizamos pesquisa documental, por meio da qual foram consultados documentos produzidos pelos sindicatos supramencionados, tais como Ações Civis Públicas, encartes, folhetos etc. Os referidos documentos foram selecionados a partir do contato com os meios oficiais de comunicação dessas entidades sindicais, compreendendo particularmente aqueles circunscritos no lapso temporal entre 2020 e meados de 2021. Tais materiais foram analisados mediante a mobilização do acervo teórico-categorial produzido por autores e autoras inscritos na tradição marxista, a exemplo de Ricardo Antunes (2020), Pietro Basso (2018), Graça Druck (2013), dentre outros.

Esperamos que o texto possa oferecer pistas importantes para analisar a realidade social e, ao mesmo tempo, construir caminhos para transformá-la, na direção da emancipação dos trabalhadores.

2 SINDICATOS NO CONTEXTO DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DO SINTEPB E DA ADUFCG.

Como sabemos, a modalidade de ensino remoto se alastrou pelas Universidades, de modo geral, e atingiu de modo particular a Universidade Federal

7 Cabe sinalizar, que dada a velocidade com que a pandemia se alastra e as novas determinações apresentadas por ela, os dados contidos neste trabalho, expressam os registros da realidade de um período específico desse processo (2020 a meados de 2021), sendo o mesmo complexificado e enriquecido de novos aspectos com o transcurso da história.

de Campina Grande (UFCG). No marco desses acontecimentos, a UFCG construiu a Resolução n. 06/2020 para regulamentar o que ficou conhecido como Regime Acadêmico Extraordinário (RAE), o qual versava sobre a "[…] oferta de atividades de ensino e aprendizagem remotas durante a execução do período suplementar 2020.3, para a Universidade Federal de Campina Grande, no cenário de excepcionalidade sanitária provocada pela Covid-19" (UFCG, 2020, s/p).

Tal resolução foi publicada em julho de 2020 e, desde sua aprovação, foi alvo de críticas e de questionamentos pelos diversos segmentos da universidade, com ênfase para a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (ADUFCG)[8] que no dia 4 de agosto, deu conhecimento da Ação Civil Pública perpetrada contra a UFCG, solicitando a anulação da resolução que parametriza o RAE, dentre outros motivos por: a) não garantir a igualdade de acesso e dos estudantes ao ensino, além de não dispor de todas as condições materiais e de infraestrutura para propiciar a qualidade do ensino ofertado; b) os entraves da oferta de disciplinas na modalidade à distância, observando-se, especialmente, os preceitos da legislação aplicável ao tema e as condições de capacitação do quadro docente da universidade; c) percalços no que tange à carreira docente (progressões) e a sua liberdade de cátedra. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2020).

Além dos elementos supramencionados e mediante as polêmicas e discussões que se estabeleceram em torno do feito, a ADUFCG lança uma nova nota em 25 de agosto de 2020, evidenciando, de maneira mais acentuada, como o trabalho dos professores se materializa no contexto da pandemia e do RAE. O relato transcrito abaixo, intenta pôr em relevo que a continuidade das tarefas docentes ocorre em um contexto bastante adverso, no que se refere, especificamente, às condições de trabalho que assolam esse segmento, levando a intensificação e as

8 A partir da apreciação das matérias publicizadas no site do sindicato, podemos perceber que avaliações relacionadas ao RAE ocorreram em diversos momentos: ADUFCG faz reunião ampliada e convoca assembleia para discutir calendário acadêmico e avaliação das eleições na UFCG. ADUFCG, 2020. Disponível em: https://adufcg.org.br/2832-2/. Reunião ampliada indica que ADUFCG deve promover avaliação do RAE e lutar para impedir redução de dias letivos no próximo semestre. ADUFCG, 2020. Disponível em: https://adufcg.org.br/reuniao0-ampliada-indica-que-adufcg-deve-promover-avaliacao-do-rae-e-lutar-para-impedir-reducao-de-dias-letivos-no-proximo-semestre/.
ADUFCG divulga orientações aprovadas em assembleia para professores(as) cobrarem condições de trabalho e barrarem retirada de direitos durante o RAE. ADUFCG, 2020. Disponível em: https://adufcg.org.br/adufcg-orientara-professoresas-a-cobrar-condicoes-de-trabalho-e-barrar-retirada-de-direitos-durante-vigencia-do-rae/.

diversas expressões da precarização do trabalho, senão, vejamos o que aponta um trecho da matéria:

> Nesses últimos meses as/os professora(e)s têm transformado suas casas em salas de aula e ambientes de trabalho, sem nenhuma contrapartida do Estado ou da instituição. Nem mesmo o fornecimento de condições materiais como computadores, acessórios de informática e acesso à internet. Estamos participando de banca de teses, TCCs, estágios, assembleias departamentais, etc., com nossos computadores e nossa internet, mesmo sendo atividades institucionais. Esclarecemos que mantemos contato com nossos alunos, nos colocando à disposição para atendê-los e orientá-los, inclusive a noite, nas madrugadas e finais de semana. Abdicando do tempo de convívio com nossas famílias e abrindo mão, repetidas vezes, de cuidar da nossa própria saúde, para podermos atender as demandas do nosso trabalho. (ADUFCG, 2020, s/p).

O trecho consegue demonstrar como as condições de trabalho vem sendo solapadas cotidianamente. Desse modo, para os professores da UFCG, assim como aqueles inseridos em outras universidades, o espaço do lar vem se metamorfoseando em espaço de trabalho, o que tem contribuído para uma ruptura das “fronteiras” entre tempo de vida e tempo de trabalho, conduzindo a uma reconfiguração na jornada laboral (BASSO, 2018). Tal reconfiguração, como aponta o trecho acima transcrito, está fortemente marcada pela intensificação do trabalho, posto que os atendimentos aos discentes chegam a ocorrer em períodos noturnos e mesmo durante a madrugada ou nos fins de semana.

Outro momento da matéria em análise que nos chama atenção, diz respeito aos cuidados com a saúde, aqui entendida a partir de concepção ampla, envolvendo os campos objetivos e subjetivos dos trabalhadores (ANTUNES; PRAUN, 2015). Isso porque, como já apontavam diversas pesquisas, os professores constituem uma categoria onde se percebe elevados níveis de adoecimento, como o comprova, dentre outras, a investigação de Denise Silva (2019)[9]. Nessa direção, no contexto de

---

9 Em sua pesquisa, a autora elenca um conjunto de categorias indicadoras da precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior. Dentre essas categorias, está o comprometimento da saúde, assim caracterizado: “implica as consequências físicas, psicológicas e sociais decorrentes de uma condição de trabalho extenuante pela sobrecarga de trabalho e por uma sociabilidade baseada na competição predatória, uma vez que os recursos escassos são destinados a uma minoria. Essa competitividade cotidiana produz uma tensão permanente pela busca de reconhecimento e evitação da exclusão. Ao colocar o docente em contradição entre seu desejo, vocação e a obrigatoriedade de produzir em curto prazo, esse clima de trabalho favorece o

pandemia, entendemos que as medidas para propiciar o bem-estar dos trabalhadores, de modo geral e, mais especificamente, dos professores, deveriam ser intensificadas, mas, de acordo com a matéria aludida, a sobrecarga laboral tem representado óbices para que o corpo docente da UFCG, levando-os a "abrir mão […] de cuidar da [própria] saúde".

Diante de todos os aspectos elencados, e reconhecendo as dificuldades experimentadas pelos professores nesse momento histórico, a ADUFCG criou um Grupo de Trabalho (GT), objetivando produzir informações mais concretas sobre as condições de trabalho dos docentes da UFCG, além de alguns temas correlatos. No *site* da entidade representativa, pode-se observar as intenções desse investimento na pesquisa. De acordo com a matéria:

> Serão analisadas condições de trabalho, reflexos do trabalho remoto no Ensino, Pesquisa e Extensão e na saúde dos docentes, entre outros questionamentos e perspectivas. A ideia central é conhecer a realidade com a qual o corpo docente da Universidade vem se confrontando e abrir um espaço de reflexões sobre a questão, a partir dos dados obtidos e pensar alternativas possíveis para o próximo semestre (ADUFCG, 2020, s/p).

Como se pode perceber a partir do trecho supramencionado a pesquisa proposta pelo Sindicato dos professores da UFCG se estabeleceu interessada em analisar e registrar as condições de trabalho a partir das mudanças registradas no universo acadêmico, sobretudo ante a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão mediadas pelos recursos informacionais e tecnológicos.

Entendemos que tal iniciativa é de extrema relevância para que possamos captar os desafios e entraves ao trabalho docente, bem como os impactos que a nova modalidade laboral tem representado para o corpo docente, pois, ainda que os dados produzidos sobre a precarização do trabalho docente e sobre o trabalho remoto anteriores a pandemia já evidenciassem traços característicos da precarização do trabalho (Cf. por exemplo: TRINDADE, 2013; REIS, CECÍLIO, 2014), entendemos que a situação provocada pela pandemia da Covid-19

---

aparecimento de conflitos intrapsíquicos identitários e interpessoais, que terminam por atingir o corpo, a mente e o espaço privado das relações familiares. Distúrbios como as Lesões por Esforços Repetitivos (LER), doenças da coluna, hipertensão, são exemplos no plano físico; irritabilidade, ansiedade, dificuldades como o sono e depressão são exemplos no plano psicológico" (SILVA, 2019, p. 64).

complexificou ainda mais esse quadro, considerando, dentre outros aspectos: a) a ausência de infraestrutura tecnológica das universidades e do corpo docente e discente para desenvolver as atividades; b) a incompatibilidade de diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão com a forma remota; c) as dificuldades de capacitação com os aparatos e recursos informacionais para produção das aulas; d) Distanciamento dos colegas de trabalho (BRIDI; RIBAS; ZANONI, 2020).

Nesse contexto de tantas adversidades ante a condução das atividades acadêmicas, ao que parece, determinadas práticas de pressão por resultados/desempenho se mantiveram intocadas. Ora, sabemos que, nos marcos da sociedade capitalista, os trabalhadores estão submissos a pressões por produtividade cada vez mais elevadas. Há que mostrar bom desempenho, capacidade de contornar as dificuldades, ser proativo, dentre tantas outras nomenclaturas utilizadas para “capturar” a subjetividade dos trabalhadores, nos termos de Alves (2011). Em síntese, nessa sociedade, são exigidos dos trabalhadores, de modo recorrente, resultados qualitativos e quantitativos, como aponta Linhart (2014).

Por certo, o trabalho docente, nas diversas universidades e, em especial, na UFCG, não está imune a essa determinação. Nesse sentido, mesmo no contexto de pandemia – momento no qual, como já expusemos anteriormente, alterações de monta se materializaram no universo acadêmico – os professores parecem sentir as cobranças por certa “produtividade”. A citação transcrita a seguir é ilustrativa a esse respeito. Ela condensa o posicionamento da ADUFCG após medida tomada pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE), diante da requisição da Controladoria Geral da União (CGU), estabelecida no sentido de identificar os professores que, sob a vigência do RAE, ministraram aulas e, igualmente, àqueles que o deixaram de fazer (mesmo que não houvesse nenhuma obrigatoriedade nesse sentido). Em sua nota, a ADUFCG recomenda, então:

> Não acatar, por descabida, a solicitação da PRE ou de Coordenadores Administrativos de produzir justificativas individuais quanto ao cumprimento de encargos docentes que, por conta da pandemia, não puderam ser realizados no ano de 2020. Em caso de resposta, esta deve ser coletiva e resultado de discussão em assembleia da Unidade Acadêmica, ressaltando, de forma geral, o conjunto das atividades – administrativas, de representação, de ensino, pesquisa e extensão – que integraram as ações

> do conjunto de cada Unidade. Não cabe às Unidades Acadêmicas elaborar "relação de docentes" que supostamente se recusaram a ministrar aulas no período remoto, pois a categoria, de modo geral, além de ter cumprido as atribuições previstas no RAE, realizou todos os outros tipos possíveis de atividade inerentes à realização dos fins da Universidade, mesmo sem condições adequadas e sob a pressão de brutal excepcionalidade pandêmica (ADUFCG, 2021).

Como se pode observar, o posicionamento da ADUFCG se estabelece para compreender a situação de excepcionalidade vivenciada com a pandemia, deixando transparecer a ideia das dificuldades que permearam a realização das atividades docentes tal qual no período de normalidade. Além disso, também aponta o importante reforço de não individualizar as situações, por entender que essa saída é equivocada.

Nessa direção, os professores da UFCG continuam vivenciando inúmeras dificuldades no campo de suas condições de trabalho. Outrossim, faz-se imprescindível indicar que essas dificuldades são ainda mais complexificadas, quando nos remetemos ao trabalho das mulheres inseridas no âmbito da educação, tanto na UFCG, quanto no IFPB.

A pesquisa desenvolvida pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), aponta, de maneira cristalina, os efeitos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres brasileiras, em especial daquelas que dinamizam às universidades federais púbicas, à exemplo da UFCG. Muitas enfrentam uma rotina diária de tarefas domésticas, cuidado com idosos, crianças e pessoas com deficiência e, ainda, o trabalho remoto. Outras têm ainda que se expor para trabalhar fora de casa e garantir a sobrevivência de suas famílias (ANDES, 2020).

Diante deste cenário, faz-se indispensável ressaltar que o SINTEFPB, promoveu, em 07 de julho de 2020, uma *live* intitulada "Mulheres, assédio moral e dupla jornada de trabalho na pandemia", tendo como objetivo discutir os desafios enfrentados pelas mulheres, dentro e fora de seus espaços de trabalho no período da pandemia.

Ainda que a temática escolhida para nortear a ação do SINTEFPB seja extremamente relevante no atual momento histórico, é preciso entender que não foi com a emergência da pandemia que as mulheres passaram a sofrer os rebatimentos da desigualdade de gênero/sexo no âmbito do trabalho e a exercer funções não

remuneradas dentro de seus próprios lares (NOGUEIRA, 2006; GAMA, 2014; GOUVEIA, 2018). Contudo, tal entendimento não desconsidera que foi a partir dela que as situações se agravaram e se tornaram mais visíveis, como demonstra o estudo de Freitas, Almeida e Lole (2020).

Nesse sentido, no contexto pandêmico, além do acúmulo laboral no âmbito institucional, as mulheres também exercem o trabalho doméstico de modo mais intensificado, trabalho este que embora regularmente não seja reconhecido como tal, exerce uma função importante no âmbito da reprodução dos sujeitos e, como corolário, do próprio sistema capitalista (FEDERICI, 2021). Logo, as mulheres são as mais impactadas com a sobrecarga de trabalho. Outro ponto a ser discutido é que elas precisam de flexibilidade para conciliar trabalho e cuidado com os filhos.

Acrescente-se a isso o fato de que os salários não são equivalentes às horas trabalhadas, na medida em que uma trabalhadora que executa o dobro de horas, ganha menos do que o dobro de salário do que um colega do sexo masculino, como afirma Medeiros (2018). No que se refere especificamente aos estudos sobre as mulheres que trabalham no âmbito da educação, como é o caso das trabalhadoras da UFCG e do IFPB em Sousa-PB, temos disponíveis um conjunto de dados reveladores da acentuada precarização do trabalho a acometer as mulheres no marco da atual pandemia, tal como a crescente modalidade de trabalho contratual de forma precarizada.

Tal situação é ainda mais agravada, quando observamos a irresponsabilidade com que os setores do governo federal vêm lidando com a pandemia e seus efeitos catastróficos. Inclusive, mesmo em um cenário adverso, marcado por milhares de mortes e de internamentos por Covid-19, existem proposições de que as universidades e instituições de ensino, de modo geral, voltem a realizar suas atividades presencialmente.

Diante desse quadro, a ADUFCG não se eximiu de posicionar-se vigorosamente contra o retorno presencial às aulas. Ora,

> A avaliação dos professores é que os prejuízos para os estudantes, técnicos-administrativos e docentes poderão aumentar se o Governo decretar o retorno às aulas presenciais sem a imunização de pelo menos 70% da população, pois as universidades não possuem a estrutura

> necessária para as medidas prevenção e a iniciativa resultará no aumento da contaminação e mortes pela Covid-19 (ADUFCG, 2021).

Posicionamento semelhante também pôde ser observado no âmbito do IFPB. Em nota divulgada no site do SINTEFPB, os representantes sindicais da instituição defenderam um debate público entre a sociedade e o IFPB, frisando a necessidade de se discutirem as alternativas para o enfrentamento da já citada crise sanitária da Covid-19. Ora, diante dos pronunciamentos que apregoam a necessidade de redefinição de medidas técnicas e normativas no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) e da tentativa de construir uma "nova normalidade", os representantes do Sindicato alertam para a necessidade de ouvir a comunidade acadêmica do IFPB, a partir de um debate plural e democrático, uma vez que todos os sujeitos estarão implicados nas definições estabelecidas e precisam ser ouvidos sobre elas. Nessa direção, o alerta do sindicato é relevante pois:

> "As dificuldades para o IFPB e sua comunidade começam quando as "respostas extraordinárias para problemas extraordinários" solapam a democracia interna e tentam, na asfixia do debate das nossas alternativas, impor um "novo normal" à revelia daqueles que estudam e trabalham na Instituição" (SINTEFPB, 2020).

Assim, a organização política evidencia a preocupação com a naturalização do alto número de mortes diárias e reafirma não ser aceitável o que querem pregar como um "novo normal". Destarte, se posicionando contrário as minutas que defendiam a volta presencial das aulas, os dirigentes do sindicato do IFPB apontam que, sem o debate democrático (este extremamente importante para a manutenção da garantia de direitos), bem como sem a elaboração de um planejamento capaz de oferecer condições estruturadas de inclusão digital desses sujeitos, não é possível ter um IFPB com ensino de qualidade.

Nesse sentido, é imprescindível reafirmar que a manutenção das universidades e institutos fechados, sem a presença física dos trabalhadores da educação e dos estudantes, é uma medida que intenciona a redução das infecções pela Covid-19 e a preservação da vida desses sujeitos.

Alguns Estados e municípios tentaram, por diversas vezes, retomar as aulas presenciais num contexto em que a pandemia ainda não estava sob controle e a

vacinação ainda não era uma realidade para os trabalhadores da educação, e o que se observou foi um aumento expressivo de professores infectados pela Covid-19. Conforme as reportagens publicadas no site Estadão e na Revista Fórum, o Amazonas e São Paulo registraram, respectivamente, cerca de 342 e 278 casos de professores infectados pela Covid-19 após o retorno das aulas presenciais. Estes podem se constituir como exemplos, ou apontar tendências do que reserva às universidades, caso ocorra a deliberação pelo retorno das aulas.

Após os posicionamentos de recusa ao retorno às aulas e uma série de lutas travadas pelas categorias da educação, em maio de 2021, o Ministério da Saúde por meio do Plano Nacional de Imunização, através da Nota Técnica nº 717/2021“antecipou” a inclusão das/os trabalhadores da educação e o início da vacinação nesse público, conforme a nota:

> Em reunião da Comissão Integestores Triparte [...] foi pactuado por se iniciar a vacinação dos trabalhadores da educação de maneira concomitante com o seguimento do plano e de forma escalonada. Desta forma, serão enviados percentuais do total de doses para o seguimento do ordenamento dos grupos pré-definidos (grupos 14 ao 17, sétima edição do PNO) e em paralelo serão enviados quantitativos para o início da vacinação dos trabalhadores da educação. Neste grupo de trabalhadores deverá ser seguida a seguinte ordem de prioridade: creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizantes e EJA e na sequência os trabalhadores da educação do ensino superior, sempre priorizando os trabalhadores envolvidos na educação dos indivíduos mais jovens (BRASIL, 2021).

É primordial sinalizar que o início da vacinação para os trabalhadores da educação é uma medida colossal e imprescindível para o retorno seguro das aulas, contudo, não pode se esgotar nela mesma. É substancialmente necessário que além dos trabalhadores da educação, toda a população esteja vacinada, e que se construa e execute um conjunto de medidas de biossegurança para a continuidade dos cuidados com a disseminação do vírus, entre as medidas destacamos: a garantia dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s) para todos os funcionários e para os estudantes; distanciamento social; estações de higiene: suportes com álcool em gel e/ou líquido a 70% em todos os ambientes, adequação de sanitários, tapetes com solução higienizadora, dentre outras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que, em meio a pandemia, a classe trabalhadora sofre consequências de um conjunto de ataques aos seus direitos, dentre outros aspectos, em virtude de: vivenciar a mitigação do seu salário; existir restrições de acesso às condições básicas de saúde, habitação e saneamento; de não deter o privilégio de manter-se em isolamento social, agravando o risco constante da contaminação a si e a seus familiares; submeterem-se a processos de grande sobrecarga de trabalho. Todas as condições e aspectos supramencionados se estabelecem, em maior ou menor intensidade, para os trabalhadores da UFCG e do IFPB.

Nessa direção, nos momentos de crise social, econômica e sanitária, como a que vivemos, assistimos a ampliação da situação de miserabilidade em que a classe trabalhadora se encontra, devido à falta de proteção trabalhista, inviabilizando direitos e depauperando suas condições de vida e existência.

Aliado a isso, os movimentos sociais e sindicais encontram dificuldades de organização e atuação coletiva, tanto pela própria conjuntura de pandemia, que limita a realização dos atos e organizações de massa, quanto pelo fato de estarem sob constante ataque, a partir de políticas do (des)governo vigente e de seu descompromisso com a população. Ainda assim, temos observado que os Sindicatos, especialmente a ADUFCG e o SINTEFPB, têm encontrado formas de se posicionar criticamente em relação a atual conjuntura e de garantir defesas importantes para os trabalhadores do ramo da educação, como procuramos demonstrar ao longo deste texto.

Nesse sentido, para os dias vindouros, os sindicatos e os trabalhadores deverão se deparar com a complexificação dos dilemas que já vem enfrentando e com o aparecimento de novas questões. Segundo Antunes (2020), pode-se esperar a potencialização ainda mais da exploração do trabalho nos mais diversos setores da economia, no período pós-pandêmico, pelo Capital. Se já vemos a expansão do trabalho em *home-office*, *delivery*, *e-commerce*, etc., tendencialmente, o desenvolvimento de tecnologias nesse sentido será ainda mais exploradas, não dando fim a força de trabalho, mas a diminuição desta e configurando um novo mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ADUFCG. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** 2020. Disponível em: AÇÃO_CIVIL_PÚBLICA_ADUFCG_RAE-FINAL.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

ADUFCG. **Nota sobre a fiscalização da CGU relativa às atividades dos/as docentes no primeiro ano da pandemia de Covid-19 na UFCG.** 2021. Disponível em: http://adufcg.org.br/nota-sobre-a-fiscalizacao-da-cgu-relativa-as-atividades-dos-as-docentes-no-primeiro-ano-da-pandemia-de-covid-19-na-ufcg/. Acesso em: 03 jul. 2021.

ADUFCG. **Professores da UFCG aprovam proposta de entrar em estado de greve caso governo determine retorno às aulas presenciais**.2021. Disponível em: https://adufcg.org.br/professores-da-ufcg-poderao-entrar-em-estado-de-greve-diante-do-risco-de-retorno-as-aulas-presenciais/. Acesso em: 03 Jul de 2021.

ADUFCG. **Exigimos respeito às(aos) Professora(e)s e à Universidade Pública!**. 2020. Disponível em: http://adufcg.org.br/exigimos-respeito-asaos-professoraes-e-a-universidade-publica/. Acesso em: 03 jul. 2021.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANDES. **Mulheres estão ainda mais sobrecarregadas durante a pandemia, aponta pesquisa.** 2020. Disponível em: https://andes.org.br/conteudos/noticia/mulheres-estao-ainda-mais-sobrecarregadas-durante-a-pandemia-aponta-pesquisa1/page:42/sort:Conteudo.created/direction:desc. Acesso em: 04 jul. 2021.

ANTUNES, R. **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 407-427, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

BASSO, P. **Tempos Modernos**, Jornadas Antigas: Vidas de Trabalho no Início do Século XXI. São Paulo: EdUnicamp, 2018.

BITTENCOURT, J. **Explodem casos de Covid-19 em professores que voltaram às aulas em São Paulo**. 2021. Disponível em:

https://revistaforum.com.br/politica/explodem-casos-de-covid-19-em-professores-que-voltaram-as-aulas-em-sao-paulo/. Acesso em: 03 jul. 2021

BRIDI, M. A; RIBAS, F; ZANONI, A. (Coords). 2020. **O TRABALHO REMOTO/HOME-OFFICE NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19.** Disponível em:https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/RELATRIO_DE_DIVULGAO_DA_PESQUISA_SOBRE_O_TRABALHO_REMOTO.pdf. Acesso em: 03 ago. 2021.

CASTRO, A.. **Amazonas registra 342 professores com covid vinte dias após volta às aulas**. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/09/02/amazonas-registra-342-professores-com-covid-19.htm. Acesso em: 03 Jul. 2021.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

FEDERICI, L. **O patriarcado do salário.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FREITAS, R. C. S; ALMEIDA, C. C. L; LOLE, A. As mulheres e a pandemia da Covid-19 na encruzilhada do cuidado. In: LOLE, A; STAMPA, I; GOMES, R. L. R. (Orgs). **Para além da quarentena:** reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

GAMA, A. S. **Trabalho, família e gênero:** impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.

GOUVEIA, R. P. **Trabalho, Gênero e Saúde Mental:** contribuições para a profissionalização do cuidado feminino. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho.In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MEDEIROS, M.; PINHEIRO, L. S. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Sociedade e Estado**, *[S. l.]*, v. 33, n. 01, p. 161–187, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/18356. Acesso em: 21 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Nota Técnica Nº 717/2021**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/maio/28/sei_ms-0020807492-nota-tecnica-717.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

REIS, B. M. CECÍLIO, S. Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários. **Trabalho & Educação**, v.23, n.2. Belo Horizonte, 2014.

SILVA, D. V. O professor sob suspeita e risco: indicadores de precarização e resistência no trabalho docente nas universidades federais brasileiras. In: DRUCK, G; SILVA, J. B. **Trabalho, precarização e resistências:** as múltiplas faces do trabalho. Salvador: EDUFBA, 2019.

SINTEFPB. **"Mulheres, assédio moral e dupla jornada na pandemia"** – Esta é a Live de hoje, 07/06 às 18h. Confira". 2020. Disponível em: https://www.sintefpb.org.br/mulheres-assedio-moral-e-dupla-jornada-na-pandemia-07-06/. Acesso em: 04. Jul. 2021.

SINTEFPB. **Em defesa da democracia:** pelo debate público sobre as alternativas do IFPB na pandemia. 2020. Disponível em: https://www.sintefpb.org.br/debate-publico-sobre-as-alternativas-do-ifpb-na-pandemia/. Acesso em: 04 jul. 2021.

TRINDADE, H. "Não vim pra ficar, estou só de passagem": a precarizada vida dos professores substitutos da FASSO/UERN. **Revista Universidade e Sociedade**, n. 52, 2013.